

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que vai apurar irregularidades na Companhia Regional de Abastecimento Integrado de Santo André (Craisa) voltará à ativa. Isso porque o juiz de direito da Segunda Vara da Fazenda Pública, Gustavo Sampaio Correia, julgou extinto o processo, sem julgamento do mérito. A sentença foi dada na última semana e agora foi aberto prazo de 15 dias para recurso. Sem que haja possíveis questionamentos, a comissão voltará a atuar em outubro.

Há pelo menos cinco meses os trabalhos da CPI estavam estacionados. Na época, Correia sustou os atos da comissão por tempo indeterminado, tendo como base o mandado de segurança protocolado pelo vereador José Montoro Filho, o Montorinho (PT), alegando que a definição dos membros deveria ocorrer por sorteio, segundo o Regimento Interno da Casa.

Em reunião realizada no dia 08 de abril, o parlamentar Toninho de Jesus (DEM) foi eleito presidente e Ailton Lima (PTB) relator. A escolha não contou com a participação da base governista. Mais tarde, Toninho de Jesus abriu mão da presidência – que ficou com Montorinho. Até agora, a comissão convocou apenas uma oitiva, que contou com a presença do presidente da Associação das Empresas da Ceasa do Grande ABC (Aeceasa), João Batista de Lima.

Integram a CPI da Craisa Ailton Lima, Toninho de Jesus, Elian Santana (PTdoB), Ivanildo Pereira Lôbo (PDT), Montorinho, José de Araújo (PMDB) e Ronaldo de Castro (PRB).



Montorinho (PT) vai presidir CPI da Craisa

